

Ao Exmo. Subsecretário de Contratos e Convênios – SEMDUR,  
e Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município  
de São Gonçalo  
Sr. RICARDO FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO

Ref.: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2022**  
Agendado para: Dia **27/07/2022** às **10:30** horas

**ILUMISUL-SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA-EPP** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.917.918/0001-89, com sede na Av. Almirante Barroso, 72, Sala 311 a 313 – Centro - RJ, CEP 20.031-001, **TEMPESTIVAMENTE**, vem, respeitosamente, perante essa Ilustre Comissão, com fulcro no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, e no Edital nº 011/2022 e seus Anexos, supra referido, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos, apresentar:

## **IMPUGNAÇÃO**

A presente impugnação pretende que seja suspenso, corrigido e alterado o Edital, para a retirada de **exigências que impedem a competitividade e disputa isônoma do certame**; bem como, de **equivocada orçamentação de itens relevantes do objeto e que criam grave insegurança e suspeita na formulação da Proposta Comercial**. O Edital, ainda, **apresenta dualidade de caminhos e no geral encontra-se em desacordo com o disposto no estatuto que disciplina as licitações no âmbito da Administração Pública, Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações**, bem como com diversas súmulas, acórdãos e literatura especialista do direito da administração pública.

Assim sendo, antes de fundamentar as alegações de mérito, em razão dos vícios insanáveis contidos no Edital ora impugnado, como garantia que os preceitos legais serão respeitados, requer a **IMPUGNANTE**, que sejam adotados os efeitos suspensivos e devolutivos, em face de relevância dos fundamentos fáticos e jurídicos existentes, como recomendam órgãos superiores de controle, tais como, os Tribunais de Contas - dos Municípios, dos Estados e da União.

Preliminarmente, quer a **IMPUGNANTE** esclarecer que não existe de sua parte qualquer restrição aos ilustres membros da Comissão Julgadora, cuja honorabilidade pessoal não está sendo posta em dúvida.

Normalmente, não é a Comissão Julgadora que determina os requisitos que deverão ser atendidos pelos licitantes, nem redige o edital, cabendo a ela apenas exigir o cumprimento do mesmo. Mas, obviamente, nada pode ser exigido ou decidido em desacordo com a lei. Havendo discrepância entre o edital e a lei é esta que deve prevalecer, sendo **DEVER** da Comissão Julgadora denunciar, rever, anular ou corrigir o edital.

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Lei de Licitações prevê a possibilidade de qualquer cidadão, e não apenas os licitantes, de impugnam editais quando constatada uma irregularidade.

*A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEU ART. 41:*

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (...)*

***§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou***

Para o licitante, o prazo para impugnação do edital é até 2 (dois) dias úteis antes da abertura dos envelopes, e cabe ao Presidente da CPL decidir, no prazo de 24 horas.

A Concorrência está marcada para acontecer no horário de **10:30h do dia 27 de julho de 2022**. Sendo assim, de acordo com o subitem **4.7.1, até as 10:30 horas do dia 25 de julho de 2022**, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da concorrência.

**Desta forma é tempestivo este pedido de IMPUGNAÇÃO do referido Edital**, que relacionamos e descrevemos os fatos, as justificativas e o Pedido por fim, como veremos a seguir.

### **DOS FATOS**

Com a ressalva do devido respeito ao ilustre Administrador, as exigências edilícias não podem extrapolar a Lei das Licitações, devendo zelar pelo cumprimento dos princípios básicos da legalidade, isonomia, moralidade, publicidade e eficiência.

Após a leitura básica e elementar, identificam-se **4 pontos críticos** e insustentáveis, que motivam a devida impugnação dos termos:

1. O Edital assume premissas e estabelece condições radicalmente contrárias e opostas a legislação e as normas vigentes, bem como, as recomendações e diretrizes dos órgãos superiores de controle, tais como, Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.
2. O Edital assume o código de Tabelas de Preços Referenciais SCO/RIO, mas com seus requisitos de performance e de construção material e preços totalmente diferentes em sua Planilha Orçamentária.
3. O Anexo II ao V do Projeto Básico apresenta erros, distorções e falhas gritantes para qualquer análise elementar ou de maior critério técnico, luminotécnico ou matemático.

Neste passo, torna-se imperioso um raciocínio introdutório, demonstrado pelo ilustre **Marçal Justen Filho**, qual seja:

*“No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais e subjetivas.”*

Aproveitamos também para ratificar o que determina a Súmula 222 do Tribunal de Contas da União – TCU:

***Súmula nº 222 – “As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados (grifo nosso), do Distrito Federal e dos Municípios.”***

Do início, a Comissão Permanente de Licitações do Município de SÃO GONÇALO, publicou o Edital Concorrência nº 011/2022, através do qual pretende contratar o seguinte objeto:

***“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **GESTÃO PLENA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA** DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, COMPREENDENDO A INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DAS ÁREAS PÚBLICAS E DE MANUTENÇÃO DE TODO O ATIVO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL....”***

É imperioso destacar mais uma vez que ***“ao definir o objeto a ser contratado, a Administração Pública está implicitamente delimitando o escopo básico e a qualificação técnica que deverão apresentar os eventuais interessados em participar da licitação.***

Isto posto passamos a análise dos itens a serem impugnados e suas razões.

## DAS RAZÕES

1. O Edital assume premissas e estabelece condições radicalmente contrárias e opostas a legislação e as normas vigentes, bem como, as recomendações e diretrizes dos órgãos superiores de controle, tais como, Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

A Lei. 8666/93 em seu art. 30 determina quais as exigências que poderão ser feitas às licitantes pela Administração, de forma taxativa e restritiva; excetuando misteres que caracterizem excesso e firam o direito a participação, restringindo a quantidade de licitantes e ou encaminhando o objeto a um sujeito específico.

Do jeito em que se encontra o Edital, já em sua segunda versão, temos a persistência dos vícios.

Cabe à Administração indicar no edital da licitação, qual é a ***Parcela de Maior Relevância*** técnica e valor significativo, pois é com base nela que o licitante irá demonstrar sua capacidade técnica.

Sendo assim, o contratante deve considerar como “*Parcela de Maior Relevância Técnica*” o conjunto de características e elementos que diante do objeto, evidencie seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como, que representem risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, que pelo descrito no objeto e discriminado nas planilhas orçamentárias envolvem os **serviços de Gestão Plena do Sistema de Iluminação Pública e a Manutenção e Modernização dos Ativos de Iluminação Pública de todo o Município de SÃO GONÇALO**, pelo período de 12 (doze) meses. Neste aspecto, incluímos a *modernização de parcela dos Ativos*, que serão substituídos por luminárias de LED, em virtude de seu valor significativo e expressivo dentro do montante orçamentário. É aquilo que é realmente caracterizador do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

- Fazem parte das atividades de manutenção todas as intervenções nos materiais e equipamentos que constituem a Rede de Iluminação Pública e, que estejam em situação de falha de funcionamento. Isto requer capacidade de operação logística, envolvendo desde a seleção do melhor fornecedor de materiais e equipamentos, estocagem dos mesmos, seleção de pessoal treinado e qualificado, aquisição de veículos e equipamentos para as atividades em altura, roteirização dos serviços, limpeza do local e descarte dos materiais com defeitos ou em fins de vida útil. Cabe destacar que a supervisão e responsabilidade técnica exercida por um profissional registrado no Conselho de Classe Profissional é imperioso pela segurança necessária ao órgão contratante; a fim de contingenciar riscos e de garantir o melhor padrão de qualidade. E neste caso específico que envolve atividades junto a rede de distribuição de energia elétrica, o conselho indicado é o CREA – Conselho Regional de engenharia e Agronomia, na área de Engenharia Elétrica. Além disso, com base na tecnologia da informação, requer que os candidatos utilizem um software de gerenciamento para realizar as atividades de Tele-atendimento, passando pela programação e controle operacional, até a baixa de ordens de serviços, gerando na sequência relatórios gerenciais e de atualização do cadastro georreferenciado dos ativos.
- Fazem parte das atividades de modernização todas as intervenções que envolvem a instalação e retirada de (luminárias) materiais e equipamentos que constituem a Rede de Ativos de Iluminação Pública e, que estejam com performance de funcionamento abaixo do padrão de eficiência desejados. Isto requer capacidade de operação logística, envolvendo desde a seleção do melhor fornecedor de materiais e equipamentos, estocagem dos mesmos, seleção de pessoal treinado e qualificado, aquisição de veículos e equipamentos para as atividades em altura, roteirização dos serviços, limpeza do local e descarte dos materiais com defeitos ou em fins de vida útil. Cabe destacar que a supervisão e responsabilidade técnica exercida por um profissional registrado no Conselho de Classe Profissional é imperioso pela segurança necessária ao órgão contratante; a fim de contingenciar riscos e de garantir o melhor padrão de qualidade. E neste caso específico que envolve atividades junto a rede de distribuição de energia elétrica, o conselho indicado é o CREA – Conselho Regional de engenharia e Agronomia, na área de Engenharia Elétrica.

No Edital, e nos Anexos I e II está descrito que **as Condições e as Parcelas de Maior Relevância, para fins de Qualificação Técnica dos proponentes** são as seguintes:

6.4.1 CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA

6.4.2 CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

c) *Atestado de capacidade técnica, emitido por ente público ou privado, comprovando experiência anterior na condução de equipe/supervisão na **prestação de serviço com características técnicas e complexidades congêneres**, ao objeto da presente licitação, compreendendo os seguintes requisitos de qualificação técnica mínimos:*

- *Gestão plena de sistema de iluminação pública, de acordo com os requisitos técnicos estipulados nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do presente documento;*
- *Instalação de equipamentos de iluminação pública **dotados de tecnologia em LED.***

6.4.3 CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

6.4.3.1 *A empresa deverá apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a aptidão **para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.** A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s), e preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.*

a) *A parcela de maior relevância técnica do objeto licitado é:*

a.1) *Prestação de serviço de Gestão Plena de ativo de iluminação pública, de acordo com as características do serviço estipulada nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do presente documento, dotado de ativo mínimo de 33.862 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta dois) pontos;*

a.2) *Fornecimento e instalação de equipamentos de iluminação pública **dotados de tecnologia em LED,** na quantidade mínima de 10.743 (dez mil, setecentos e quarenta três) pontos;*

*Obs: Admite-se o somatório de atestados para atingir os quantitativos mínimos solicitados, desde que tenham sido executados os serviços no mesmo período (período concomitantes), de forma que assim seja possível a comprovação da capacidade técnica operacional da empresa no trato logístico que a prestação de serviço demanda.*



Obs2.: Atestados emitidos em nome de consórcio cujo a licitante faça parte, serão aceitos desde que estejam estipulados no referido atestado os percentuais e/ou atividades praticadas pelo licitante no escopo do serviço atestado.

Obs3.: Para fins de comprovação de experiência técnica-operacional anterior (itens a.1 e a.2), só serão atendidos atestados de atividades concluídas.

b) Comprovação de experiência técnica-operacional anterior na execução de prestação de serviços congênere ao objeto em questão, vide qualificação técnica operacional mínima estipula ao item 14.3, alínea "a", pelo prazo contínuo de no mínimo 02 (três) anos consecutivos

c) **Certidão de regularidade ambiental operacional**, emitida por órgão competente de jurisdição à sede da licitante, comprovando a **regularidade ambiental da mesma em seu ramo de atividade congênere ao objeto da presente licitação.**

Ora vejamos o que diz o **art. 30 da Lei de Licitações**:

**Art. 30.** A documentação relativa à **qualificação técnica** **limitar-se-á a:**

*I – (...);*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III – (...);*

*IV – (...).*

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente,*



detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço **de características semelhantes**, limitadas estas **exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo** do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

.....  
.....  
.....

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, **vedada as exigências de propriedade e de localização prévia**.

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI (BRASIL, 1988), que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Por essa razão, toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição no certame licitatório, além de justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, face ao princípio da legalidade. Ademais, devem ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar uma restrição ainda maior à competitividade.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(...)”

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as**

***exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”(grifo nosso)***

A lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, veda que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, consoante se depreende da leitura de seu art. 3º (BRASIL, 1993):

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

**§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

*I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;*

*II – estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991. (...).”*

Seguindo o nosso método de análise, que identifica os pontos do Edital e seus Anexos, fundamenta-se na Legislação e discorre com respaldo na jurisprudência, temos:

- a. Há no Edital nítida restrição ao processo mais competitivo** tendo em vista o que estabelece os itens abaixo:

- *Instalação de equipamentos de iluminação pública **dotados de tecnologia em LED.***

Neste item, embora a qualificação esteja totalmente vinculada ao objeto: “*Instalação de equipamentos de iluminação pública*”, ela faz uma distinção específica: “**dotados de tecnologia em LED**”; que não condiz e não reflete por si só, à capacidade de uma empresa para realização do objeto licitado. O Próprio item cita que o Atestado deverá comprovar a capacidade “**para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação**”; o que não significa dizer iguais.

É uma tecnologia que não requer habilidade, além da que um eletricitista profissional devidamente treinado possui, para atuar em sistema de iluminação pública. Ele vai instalar e fazer as devidas ligações e conexões como faz com uma tecnologia similar, tais como, luminárias com lâmpadas a vapor de sódio, mercúrio, metálico e outras.

Já existem inclusive e súmulas como a do TCE de São Paulo:

<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/resolucao/resolucao-052019/sumula-30>

- *Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens.*

- Logo, não encontramos razão para a exigência de atestado de prestação de serviço com característica específica, tanto para o tanto para o técnico-profissional quanto para o técnico-operacional, contrariando o estabelece a Lei de Licitações e por Sumulas de TCEs na abordagem do tema.
- Deve ser considerado e corrigido com a expressão “**tecnologia em LED ou similar**”.
- Em outras palavras, este descritivo servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica

profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital.

- Sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

➤ **Certidão de regularidade ambiental operacional**, emitida por órgão competente de jurisdição à sede da licitante, comprovando a regularidade ambiental da mesma em seu ramo de atividade congênere ao objeto da presente licitação.

Neste item, percebemos uma exigência de qualificação técnica **totalmente desvinculada do objeto e da legislação pertinente**, visto que não condiz e não reflete por si só, à capacidade de uma empresa para realização do objeto licitado. Fere-se aqui os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Eficiência. Listamos algumas características:

- a) - Exigência antecipada ao momento da contratação;
- b) - Trata-se de uma atividade secundária;
- c) - Não prevista em planilha orçamentária;
- d) - Não faz parte das Parcelas de Maior Relevância.
- e) - Permitida sua subcontratação, segundo o próprio Edital e seus Anexos:

#### DO ANEXO II – PROJETO BÁSICO

21. SUBCONTRATAÇÃO - **Será permitida a subcontratação, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá subcontratar parte do objeto licitado, observado o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.**

*Não serão realizados pagamentos diretamente às subcontratadas.*

**Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto licitado, ou seja, o conjunto dos itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico profissional ou de capacidade técnico-operacional.**

**A autorização dada pela CONTRATANTE é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das**

*responsabilidades contratuais e legais assumidas pela CONTRATADA. Cabe à CONTRATADA zelar pela perfeita execução do objeto do contrato, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e solidariamente perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação.*

A Decisão 739/2001, do Tribunal de Contas da União – TCU foi direto a esse ponto, vejamos:

*Decisão 739\_2001 – TCU Plenário*

*Voto do Ministro Relator:*

*1. As exigências contidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93 são do tipo numerus clausus, ou seja, encontram-se esgotadas naquele dispositivo, sendo defeso, aos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, inovar (grifo nosso).*

*2. A esse respeito, ensina Marçal Justen Filho:*

*“A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666/93 foi a **redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências** (Grifo nosso). Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em **instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação** (grifo nosso). O objetivo é eliminar distorções ocorridas no sistema anterior, onde os requisitos de qualificação técnica acabavam por inviabilizar o acesso de muitas empresas à licitação. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., p. 305)*

Vejamos também alguns Acórdãos sobre o tema contido no Manual: “Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudências do TCU – 4ª Edição revista e atualizada, Brasília, 2010“

*Acórdão 2864/2008 Plenário*

*Não inclua nos editais de licitação exigências não previstas em lei ou irrelevantes para a verificação da qualificação técnica das licitantes em obediência ao art. 30, § 1o, I, da Lei no 8.666/1993.*

Acórdão 539/2007 Plenário (Sumário)

*É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames.*

Acórdão 112/2007 Plenário (Sumário)

*Devem ser evitadas exigências que comprometam o caráter competitivo da licitação.*

*A licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos.*

Acórdão 110/2007 Plenário (Sumário)

*As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame.*

Acórdão 1229/2008 Plenário (Sumário)

*As exigências editalícias devem limitar-se ao necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame.*

Acórdão 1237/2007 Primeira Câmara

*Faça constar no instrumento convocatório todas as especificações do objeto a ser licitado, de forma clara, concisa e objetiva, abstendo-se de incluir exigência que não esteja suficientemente especificada, nos exatos termos definidos pelo art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005, e pelo art. 14 da Lei nº 8.666/1993.*

Acórdão 402/2008 Plenário (Sumário)

*A Administração não pode fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame. Deve garantir ampla participação na disputa licitatória, com o maior número possível de concorrentes, desde que qualificados técnica e economicamente, para garantir o cumprimento das obrigações.*

- Poderíamos listar mais outros tantos “Acórdãos” sobre o tema, mas seria inútil, pois os já citados são bastante, para entender que as exigências citadas dos Subitens 6.3.1. c); 15.3. c. do Edital em epígrafe e do Projeto Básico, respectivamente, são no mínimo absurdas e incoerentes.

\_Para ilustrar as razões, é certo que pelo menos 400 das empresas de Engenharia, que atuam como prestadoras de serviços de iluminação pública existentes no Brasil; mais de 99,99% não possuem Licença Ambiental Operacional, seja do Órgão Municipal ou Estadual, simplesmente porque não possuem base operacional em São Gonçalo e; **se em suas sedes atuam como centro de administração e controle seu licenciamento ambiental será em caráter de inexigibilidade**; visto que somente onde houver operação será exigível.

\_Outro fator importante destacar é de que atividades de transporte, armazenagem e destinação final de resíduos poluentes ao meio ambiente não fazem parte do seu CNAEE e do seu objeto social.

\_Outro destaque que fazemos é o de quem gera resíduo capaz de contaminar o meio ambiente é o Município proprietário dos ativos e responsável pela iluminação pública. Cabe a ele ter o Licenciamento Ambiental Prévio, segundo normas e legislação ambiental.

- Como Prestador de Serviço do Município, seremos obrigados a Licenciamento Operacional, após a assinatura do contrato e não na fase de habilitação. É simplesmente ilegal tal exigência prévia.

Nesse sentido, a Corte de Contas Federal assentou que “a exigência de apresentação de licença ambiental de operação, como requisito para qualificação técnica, é ilegal. O art. 30, e incisos, da Lei 8.666/1993 são claros ao especificar os documentos que podem ser demandados dos licitantes, **entre os quais não se encontra a licença de operação**”.

Destarte, é notório que algumas atividades empresariais necessitam de autorização prévia do órgão ambiental competente para o funcionamento regular. **O que não é o caso aqui em questão, para prestação de serviços de engenharia elétrica.**



- **Não se pode ter Licenciamento Ambiental Operacional sem termos um empreendimento no Município.**

O que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997:

*Art. 1º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:*

*I - **Licenciamento Ambiental**: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.*

*II - **Licença Ambiental**: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, **estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental** que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.*

- Diante disto, a solução deve ser para conciliar a preservação do meio ambiente com o caráter competitivo do certame. Desse modo, entende-se que **só se pode exigir a licença ambiental de operação quando compatível com o objeto licitatório e com a legislação reguladora, mas somente após a celebração do contrato**. Caso entenda a existência de Risco pode a Administração Pública exigir uma Garantia de contrato equivalente.

**2. O Edital assume o código de Tabelas de Preços Referenciais SCO/RIO, mas com descritivos e preços totalmente diferentes em seus requisitos de performance e de construção material.**

Sendo mais uma desconformidade e ação em erro premeditado, encontramos distorções gravíssimas em relação as especificações dos 0 itens de luminárias constantes das Planilhas Orçamentárias. Tal fato, por si só, exige a imediata suspensão do certame para a devida correção e reabertura de prazo. Vejamos como pode ser isso:

**a. NO ANEXO II DO PROJETO BÁSICO (ANEXO II PB-PI.de Custo Geral) encontramos a seguinte especificação distinta para as luminárias nos subitens 3.1.1; 3.1.2 e 3.1.3:**

3.1.1	IP49.05.0500	Luminaria a led, corpo em aluminio injetado/extrudado, para instalacao em ponta de braco/nucleo, potencia maxima de 60 w, fluxo minimo 9000 lm, temperatura de cor 5800/6500 K, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensao de 100/240 V, eficiencia minima 150 lm/w, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operacao de -20/75o C, preparada para telegestao.	Unidade	13733	R\$ 1.093,87	R\$ 15.022.116,71	R\$ 1.232,14	R\$ 16.920.912,26
3.1.2	IP49.05.0550	Luminaria a led, corpo em aluminio injetado/extrudado, para instalacao em ponta de braco/nucleo, potencia maxima de 100 w, fluxo minimo 15000 lm, temperatura de cor 5800/6500 K, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensao de 100/240 V, eficiencia minima 90,6 lm/w, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operacao de -20/75o C. Preparada para telegestao.	UN	5686	R\$ 1.673,94	R\$ 9.518.022,84	R\$ 1.885,53	R\$ 10.721.100,93
3.1.3	IP49.05.0600	Luminaria a led, corpo em aluminio injetado/extrudado, para instalacao em ponta de braco/nucleo, potencia maxima de 150 w, fluxo minimo 22500 lm, temperatura de cor 5800/6500K, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensao de 100/240 V, eficiencia minima 150 lm/w, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operacao de -20/75o C, preparada para telegestao.	UN	2068	R\$ 1.580,23	R\$ 3.267.915,64	R\$ 1.779,97	R\$ 3.680.980,18

Contudo, ao verificarmos os **Códigos SCO/RIO**, encontramos diferenças radicais, grifadas abaixo de amarelo, que impactam gravemente a formação de preço:

#### Resultado da Pesquisa de Itens de Serviços

Pesquisa realizada em 12/07/2022 20:24 hr  
Mês/Ano de Referência: 06/2022

Item de Serviço	Descrição	Unid. de Medida	Custo R\$
IP 49.05.0500 (/)	Luminária a led, LEDRJ-03, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de 85 W, fluxo mínimo 8000 lm, temperatura de cor 4000/5500 K, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima 90,6 lm/W, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/73º C. ESPECIFICAÇÃO: EM-RIOLUZ-094. Fornecimento. (Desonerado)	un	1.058,20

#### Resultado da Pesquisa de Itens de Serviços

Pesquisa realizada em 12/07/2022 20:44 hr  
Mês/Ano de Referência: 06/2022

Item de Serviço	Descrição	Unid. de Medida	Custo R\$
IP 49.05.0550 (/)	Luminária a led, LEDRJ-04, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de 125 W, fluxo mínimo 8000 lm, temperatura de cor 4000/5500 K, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima 90,6 lm/W, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/73º C. ESPECIFICAÇÃO: EM-RIOLUZ-094. Fornecimento. (Desonerado)	un	1.710,11

#### Resultado da Pesquisa de Itens de Serviços

Pesquisa realizada em 12/07/2022 20:45 hr  
Mês/Ano de Referência: 06/2022

Item de Serviço	Descrição	Unid. de Medida	Custo R\$
IP 49.05.0600 (/)	Luminária a led, LEDRJ-03, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de 170 W, fluxo mínimo 9000 lm, temperatura de cor 4000/5500 K, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima 90,6 lm/W, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/73º C. ESPECIFICAÇÃO: EM-RIOLUZ-094. Fornecimento. (Desonerado)	un	1.528,70

**Descrevemos com grifo nosso as diferenças que devem ser observadas e corrigidas:**

**3.1.1 O código/Ref. (IP49.05.0500 Do Anexo do Edital)** com a descrição: (Luminária a led, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de **60 W**, fluxo mínimo **9000 lm**, temperatura de cor **5800/6500 K**, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, **eficiência mínima 150 lm/W**, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/75º C, preparada para tele gestão. Fornecimento.)

#### VERSUS DESCRITIVO CORRETO

**Código/Ref. (IP49.05.0500 Do SCO RJ)** (Luminária a led, LEDRJ-03, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de **85 W**, fluxo mínimo **6000 lm**, temperatura de cor **4000/5500 K**, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, **eficiência mínima 90,6 lm/W**, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/75º C. ESPECIFICAÇÃO: EM-RIOLUZ-094. Fornecimento. (Desonerado)).

**3.1.2: O código/Ref. (IP49.05.0550 Do Anexo do Edital)** Luminária a led, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de **100 W**, fluxo mínimo **15000 lm**, temperatura de cor **5800/6500 K**, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima 90,6 lm/W, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/75º C. Preparada para Telegestão. Fornecimento.

**VERSUS DESCRITIVO CORRETO**

**Código/Ref. (IP49.05.0550 Do SCO RJ)** (Luminária a led, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de **125 W**, fluxo mínimo **8000 lm**, temperatura de cor **4000/5500 K**, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima 90,6 lm/W, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/75o C. Preparada para tele gestão. Fornecimento).

---

**3.1.3:O código/Ref. (IP49.05.0600 Do Anexo do Edital)** (Luminária a led, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de **150 W**, fluxo mínimo **22500 lm**, temperatura de cor **5800/6500K**, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima **150 lm/W**, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/75o C, preparada para tele gestão. Fornecimento).

**VERSUS DESCRITIVO CORRETO**

**Código/Ref. (IP49.05.0600 Do SCO RJ)** (Luminária a led, LEDRJ-05, corpo em alumínio injetado/extrudado, para instalação em ponta de braço/núcleo, potência máxima de **170 W**, fluxo mínimo **9000 lm**, temperatura de cor **4000/5500 K**, IP 66, IK 08, resistente a UV, tensão de 100/240 V, eficiência mínima **90,6 lm/W**, IRC maior ou igual a 70, temperatura de operação de -20/75o C. ESPECIFICACAO: EM-RIOLUZ-094. Fornecimento. (Desonerado)).

---

- Como podemos observar, os Códigos utilizados o foram com o intuito de legitimar o orçamento, mas não expressa a verdadeira fonte e induz a possíveis erros. Tal discrepância, além das diferenças orçamentárias, trás fortes equívocos nos resultados luminotécnicos pela adoção de uma ou outra especificação.
- Tal fato, exige a correção imediata por comprometer a elaboração de Proposta de Preços.

**3. O Anexo II ao V do Projeto Básico apresenta erros, distorções e falhas gritantes para qualquer análise elementar ou de maior critério técnico ou matemático.**

**a. No Anexo V do Projeto Básico – Cronograma Físico-Financeiro.**

Os valores referentes ao item 1 – Serviços Preliminares, não apresentam os valores corretos nos meses 2 e 3, o que promove totalizações com erros de soma. Segue abaixo o demonstrativo:

Item	Descrição	Total	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
1.	Serviços Preliminares	R\$ 230.478,55	R\$ 19.206,55	R\$ 1.600,55	R\$ 133,38	R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55
2.	Serviços de reparos de falhas internas - manutenção do sistema de iluminação	R\$ 6.990.241,67	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14
3.	Serviços de reparos de falhas externas - melhoria e expansão do sistema	R\$ 57.117.969,48	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79
4.	<b>Total</b>	<b>R\$ 64.338.689,69</b>	<b>R\$ 5.361.557,47</b>	<b>R\$ 5.361.557,47</b>	<b>R\$ 5.361.557,47</b>	<b>R\$ 5.361.557,47</b>	<b>R\$ 5.361.557,47</b>	<b>R\$ 5.361.557,47</b>
5.	peso	100,00%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
6.	acumulado		R\$ 5.361.557,47	R\$ 10.723.114,95	R\$ 16.084.672,42	R\$ 21.446.229,90	R\$ 26.807.787,37	R\$ 32.169.344,85
			7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
			R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55	R\$ 19.206,55
			R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14	R\$ 582.520,14
			R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79	R\$ 4.759.830,79
			R\$ 5.361.557,47	R\$ 5.361.557,47	R\$ 5.361.557,47	R\$ 5.361.557,47	R\$ 5.361.557,47	R\$ 5.361.557,47
			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 37.530.902,32	R\$ 42.892.459,79	R\$ 48.254.017,27	R\$ 53.615.574,74	R\$ 58.977.132,22	R\$ 64.338.689,69

**b. No Anexo II Projeto Básico no subitem 5.1 temos o descritivo:**

Sete equipes, compostas por motorista e eletricista, trabalhando em regime de celetista de 08H diárias em dias (primordialmente no período estipulado no presente documento), ou de acordo com estipulação da CONTRATANTE em caminhão com cesto aéreo com **capacidade de alcance mínimo de 13m;**

**No entanto, no Anexo III - do Projeto Básico - Memória de Cálculo,** identificamos mais distorções nas memórias de cálculo que não refletem um orçamento objetivo, e que poderá comprometer a qualidade dos serviços previstos:

- No subitem 2.3.1 e 2.3.2 encontramos a quantidade prevista de 7 (sete) caminhões para 3,5 Ton, **altura de trabalho com 9 m:**

2.3.1	EQ04.10.0020	Caminhão carroceria fixa, capacidade de 3,50 t, equipado com cesto aéreo, isolado para 69 Kv, altura de operação de 9,00m, giro de 360º, alcance lateral operacional mínimo de 5m, dotado de sistema de segurança e emergência acoplado a carroceria do caminhão, com motorista operador, materiais de operação e manutenção, sinalizador visual rotativo amarelo ou ambar. Custo horário produtivo.	hora	7761,6	Vide 07 (sete) veículos, sendo 8,8 horas dia, média 21 dias mês, média de 12 (doze) meses de período contratual. Sendo 50% custo produtivo e 50% custo improdutivo, em razão da natureza do objeto contratual.
2.3.2	EQ04.10.0023	Caminhão carroceria fixa, capacidade de 3,50 t, equipado com cesto aéreo, isolado para 69 Kv, altura de operação de 9,00m, giro de 360º, alcance lateral operacional mínimo de 5m, dotado de sistema de segurança e emergência acoplado a carroceria do caminhão, com motorista operador, materiais de operação e manutenção, sinalizador visual rotativo amarelo ou ambar. Custo horário improdutivo.	hora	7761,6	Vide 07 (sete) veículos, sendo 8,8 horas dia, média 21 dias mês, média de 12 (doze) meses de período contratual. Sendo 50% custo produtivo e 50% custo improdutivo, em razão da natureza do objeto contratual.

- Como podemos observar, os Códigos utilizados o foram com o intuito de legitimar o orçamento, que não expressa a verdade e induz a possíveis erros.
- Tal fato, exige a correção imediata por comprometer a elaboração de Proposta de Preços.

**c. No Anexo II Projeto Básico - identificamos a falta de um Projeto Luminotécnico, necessário que é para justificar as especificações apresentadas, sejam aquelas descritas no Edital, sejam aquelas descritas no sistema de preços SCO/RIO.**

Vamos aqui tomar o assento e, avaliar o pensamento do nobre especialista Alfredo Gioielli, quando editou o texto: ***Iluminação Pública - Direcionamento de licitações:***

***“O projeto luminotécnico, com referência à especificação de luminárias para aplicação nos parques de iluminação pública das cidades, com base na norma da ABNT NBR 5101:2018 - que está em revisão - é sem dúvida equiparado às condições do projeto executivo/básico fixado nos termos do inciso X do art. 6 da lei 8.666 de 21 de junho de 1.993, sem o qual, o edital de licitação não pode ser publicado...”***



A Modernização do sistema de iluminação pública proposta no Edital, ao considerar tal intervenção, baseada na troca de tecnologias convencionais por uma nova tecnologia de LED, deve inserir em contexto o Projeto Luminotécnico.

*“Com efeito, a norma de procedimento ABNT NBR 5101:2018 estabelece os requisitos mínimos para iluminação de via públicas, propiciando segurança ao deslocamento de pedestres bem como ao tráfego e de veículos. **O Agente Público ao escolher uma nova tecnologia a ser aplicada no parque de Iluminação, está obrigado a se apoiar em um projeto luminotécnico para fazer a sua melhor escolha, a fim de definir as especificações que serão exigidas no Termo de Referência levando em conta suas respectivas faixas de variação de potência**’ .....*

*‘De outro lado, as características do equipamento e sua fotometria devem ser delineadas nesse projeto que estabelece medições do fluxo luminoso, rendimento, eficácia luminosa, potência absorvida e eficiência, bem como outras grandezas elétricas mínimas que são comprovadas por meio de ensaios emitidos por laboratórios oficiais acreditados pelo INMETRO. Por essa razão, **as descrições desses equipamentos não podem ser inseridas em Termos de Referências de forma aleatória, mesmo em situações nas quais o gestor público tenha preferência por um determinado equipamento**, já que esse tipo de postura afronta a regra constitucional relativa ao princípio da impessoalidade, prevista no caput do art. 37 da Constituição Federal, como também a norma de regência contida no § 5º do art. 7º da lei 8.666/93, que veda a fixação de características e especificações exclusivas de uma marca e/ou fabricante.’*

*“A Administração Pública deve promover a melhor contratação possível, com observância ao princípio da isonomia, não cabendo à autoridade administrativa se afastar e/ou negar o cumprimento a lei, visto que suas preferências ou antipatias por esta ou aquela disposição legal são absolutamente irrelevantes, razão pela qual **incluir nos Termos de Referência especificações afastadas de projetos luminotécnicos, ainda que superestimadas - portanto fora dos padrões técnicos adequados ao que determina a portaria 20/17 do INMETRO -, é comprometer completamente a aquisição de produtos que, de outra forma, atenderiam com precisão técnica aos padrões de iluminância, luminância e uniformidade exigida na norma de procedimento para elaboração de projetos**, bem como macular a imparcialidade do processo administrativo de aquisição desses materiais, tornando nulos não só a licitação*



como quaisquer contratos adjudicados ao vencedor e reduzindo a competitividade por força do direcionamento do edital.

**Para o projeto de iluminação pública deve ser avaliada a característica de onde se fará a instalação dos materiais e se a via possui condições de volume de tráfego ou de velocidade diferentes** - superior ou inferior - identificando-as de acordo com a classificação prevista no Código de Trânsito Brasileiro.”

.....

.....

**“O projeto luminotécnico deve ter por base, obrigatoriamente, a Norma ABNT NBR 5101:2018 - Iluminação Pública, a qual define os índices mínimos de iluminância, luminância e uniformidades mantidas ao longo do tempo, a fim de garantir a segurança no tráfego de pedestres e veículos.** Inexistindo projeto luminotécnico, não deve ter o gestor público a liberdade de escolha de marca ou modelo de fabricante, sob pena de responsabilidade funcional a partir da publicação do instrumento convocatório.

Quando a Administração Pública executa determinado ato vinculado, ela deve observar, rigorosamente, **o que determina a lei**, não cabendo, nesse caso, nenhum tipo de liberdade ao administrador para a avaliação de conveniência e oportunidade do ato, pois o instrumento convocatório é a expressão, a formalização do ato vinculado que dará início à competição, gerida, comandada, e de responsabilidade do gestor público.”

.....

Diversos editais estão sendo publicados desacompanhados dos referidos projetos luminotécnicos, com especificações esdrúxulas extraídas de catálogos de fabricantes e/ou importadores ou até mesmo entregues por particular ao gestor público com a nítida intenção de prestigiar uma marca, bem como sem a identificação do profissional habilitado, vinculado à confecção do Termo de Referência, com total afronta a norma de regência e com sinais aparentes de possível exigência das características ou especificações exclusivas de uma marca ou fabricante, o que é vedado pelo § 5º, do art. 7º, da lei 8.666/93. Tais posturas ilegais estão sendo representadas perante os Tribunais de Contas dos Estados, em suas respectivas jurisdições, o que tem ensejado a requisição das justificativas da Administração a respeito das especificações de luminárias. Os indícios têm sido suficientes para haver necessidade de análise da motivação administrativa que deu origem ao hipotético interesse público, o que o torna passível de tutela - não só dos Tribunais de Contas como também do Poder Judiciário - em sede de exame prévio de edital ação própria’

.....

.....  
“Os princípios que devem nortear a conduta do administrador público estão previstos na Constituição Federal, e o legislador constituinte incluiu, para aqueles que não obedeceram à diretrizes constitucionais principiológicas relativas à impessoalidade, à moralidade, à motivação e à legalidade, e que são geradoras dos atos de improbidade que: “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. (art. 37, § 4).”

‘Ainda, a ação ilegal do agente público que desconsidera essas diretrizes constitucionais acarreta, pela teoria da imputação, responsabilidade civil da pessoa jurídica a que ele pertence, já que ela se responsabiliza pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros. É de se lembrar que também é assegurado pela Constituição Federal a essa mesma pessoa jurídica que foi responsabilizada pelo dano, o ressarcimento do valor despendido, comprovados o dolo ou a culpa do agente. Tal previsão está encartada na Constituição Federal em seu § 6º, do art. 37, redação, por sinal, clara em seu alcance, e que não merece outra interpretação.’

‘Por sua vez o art. 4º da Lei de Improbidade Administrativa prevê que: “os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.” E o artigo 10º, “caput”, da mesma lei dispõe que: “Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente”, sendo que o inciso V é taxativo ao prescrever a responsabilização ao agente público permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.’

‘Dessa forma, muito embora a norma da ABNT NBR 5101:2018, que estabelece os requisitos mínimos para iluminação de vias públicas, propiciando segurança ao deslocamento de pedestres e de veículos, bem como a portaria 20/17 do INMETRO, que versa sobre requisitos técnicos mínimos a serem atendidos pelas luminárias para iluminação pública viária, **sejam comandos obrigatórios que vinculam a Administração Pública ao dever de cumpri-los, nos termos do artigo 1º da lei 4.150 de 21 de novembro de 1962 - que dispõe do regime obrigatório de observância das normas técnicas nos contratos e compras do serviço público -, é importante destacar que quaisquer exigências superiores ou superestimadas que venham a ser inseridas em Termos de Referência vinculados aos Editais, visando especificar a compra da referida luminária, privilegiando características e especificações**

**exclusivas de uma marca, deve, obrigatoriamente ser justificada com a consequente apresentação do projeto luminotécnico devidamente assinado por profissional habilitado em seu Conselho de Classe para essa finalidade.**

**‘Conclui-se, portanto, que havendo indícios nas especificações técnicas nos Termos de Referência que vierem a patrocinar marca ou fabricante, mesmo que indiretamente, em desrespeito ao § 5º do art. 7º da lei 8.666/93, deve o interessado requisitar via lei de acesso a informação cópia do projeto luminotécnico com as justificativas; e não havendo justificativas ou apresentação do projeto nos termos do inciso X, do art. 6, da lei 8.666 de 21 de junho de 1.993, elaborado por profissional habilitado, o gestor público que subscreveu o edital de licitação poderá incorrer em ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública pela ação ou omissão violadora dos deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.**

link:<https://www.migalhas.com.br/depeso/309930/iluminacao-publica---direcionamento-de-licitacoes>

- Temos assim, a ausência de um elemento importante para informação, orientação e consequente amparo na formulação de Proposta Comercial para a prestação dos serviços descritos.

## **DO PEDIDO**

Pelas razões acima expostas, **IMPUGNAMOS O EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2022** e pedimos a reforma total dos seus Termos e Anexos identificados:

Como se percebe claramente, o Edital não foi elaborado em consonância com o dispositivo legal. E, da forma que se encontra, não pode ser utilizado em um certame licitatório pois, por encontrar-se em ilegalidade, culminando por prejudicar a livre e equânime disputa concorrencial.

Requer-se seja julgada e aceita a presente **IMPUGNAÇÃO**, para que o Certame seja suspenso até que o Edital seja revisto, corrigido e fique em consonância com a legislação, afastando qualquer entendimento ou suposição de vício do processo. Permitirá assim, que

todos os licitantes possam concorrer em igualdade de condições, devolvendo-se o prazo para aberturas dos envelopes. Cabendo ainda, caso indeferido, tomarmos as providencias legais previstas na Lei, para o impedimento da continuidade do referido processo.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2022.



GERALDO LUÍS CHAVES GUEDES  
**ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA**  
C.N.P.J.: 12.917.918/0001-89



33.2.1012009-3

### Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

## Porte Empresarial

## Empresa de Pequeno Porte

Nome

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

Código Ato

## Eventos

002	Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ADILERSON SILVEIRA ÁVILLA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

[illegible]

Deferido em 08/09/2021 e arquivado em 09/09/2021

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

9

1/1

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 00-2021/264731-8 Data do protocolo: 12/07/2021

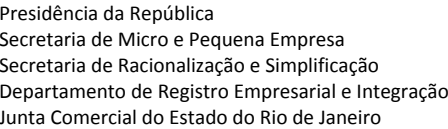
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2021 SOB O NÚMERO 00004451641 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A795E22BF022D096312D6EA3D3C27672EC1B93AA2058E7B85D363205FDE1BDBE

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 1/9



### 33.2.1012009-3

Sociedade empresária limitada

### Empresa de Pequeno Porte

**00-2021/264731-8**

12/07/2021 11:26:58

## JUCERJA

**Último arquivamento:**

00003174225 - 02/04/2018

**NIRE: 33.2.1012009-3**

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

**Boleto(s):** 103741119

**Hash:** 2FFA9AC4-C512-4123-8DD1-1279EC457922

Orgão	Calculado	Pago
Junta	352,00	352,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código  
do Ato**

002

[illegible]

## Requerente

# Rio de Janeiro

## Local

12/07/2021

## Data

## Últimos Retornos

08/09/2021  
20/08/2021  
22/07/2021  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx  
xx/xx/xxxx

<b>Nome:</b>	Carlos Andrade
<b>Assinatura:</b>	<b>ASSINADO DIGITALMENTE</b> O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
<b>Telefone de contato:</b>	2139568640
<b>E-mail:</b>	carlostheandrade@gmail.com
<b>Tipo de documento:</b>	Digital
<b>Data de criação:</b>	12/07/2021
<b>Data da 1ª entrada:</b>	12/07/2021



00-2021/264731-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 00-2021/264731-8 Data do protocolo: 12/07/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/09/2021 SOB O NÚMERO 00004451641 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A795E22BF022D096312D6EA3D3C27672EC1B93AA2058E7B85D363205FDE1BDBE

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/9



11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL  
ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA  
CNPJ: 12.917.918/0001-89

Pelo presente instrumento,

**GERALDO LUIS CHAVES GUEDES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 20.04.1960, portador da carteira de identidade nº 04.421.195-1, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 723.615.497-00, residente e domiciliado na Rua Altinópolis, nº 373, Praia da Bandeira, Ilha do Governador – RJ, CEP: 21.921-540; e

**GUILHERME DE MORAIS GUEDES**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 04.01.1990, portador da carteira de identidade nº 22103829-2, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 120.349.487-42, residente e domiciliado na Rua Altinópolis, nº 373, Praia da Bandeira, Ilha do Governador – RJ, CEP: 21.921-540;

Únicos sócios da **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA**, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 72, pav. 3, salas 311 a 313, Centro-RJ, CEP: 20.031-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.917.918/0001-89, com sua 10ª alteração contratual arquivada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob nº 00003174225 em 02.04.2018, resolvem alterar e consolidar seu contrato social mediante as cláusulas e condições a seguir:

**I – REDUÇÃO DE CAPITAL**

Os sócios deliberam reduzir o capital social da empresa de R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais), para 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), divididos em 235.000 (duzentas e trinta e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 10,00 (dez) reais cada, mantendo a proporcionalidade da divisão entre os quotistas.

I.B – Tendo em vista a alteração mencionada no item anterior, a **Cláusula Quarta** do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

*O capital social é de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 235.000 (duzentas e trinta e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, sendo sua integralização com reservas de lucro (Art. 997, III, C/C 2002), assim dividido entre os quotistas:*

SÓCIOS	QUOTAS	R\$	%
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES	232.650	2.326.500,00	99%
GUILHERME DE MORAIS GUEDES	2.350	23.500,00	1%
TOTAL	235.000	2.350.000,00	100%

**II – CONSOLIDAÇÃO**

Em face das alterações anteriores, o contrato social passa a ter a seguinte redação:



ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA  
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

A sociedade atua sob a denominação de ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA e nome fantasia de ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA, e tem sede e foro à Avenida Almirante Barroso, nº 72, pav. 3, salas 311 a 313, Centro-RJ, CEP: 20.031-001.

**Parágrafo único:** A sociedade poderá abrir ou fechar filiais, sucursais, agências, departamentos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social: (a) A montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; (b) Serviços de engenharia; (c) Administração de obras; (d) Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures; (e) Comércio atacadista de material elétrico; (f) Locação de veículo e equipamentos diversos para elevação de cargas e pessoas; (g) Carga e descarga; (h) Locação de veículo rodoviário com ou sem motorista; (i) Locação de veículos equipados com equipamentos de elevação de carga com operador; (j) Locação de automóveis e caminhões com ou sem condutor; (k) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção Civil; (l) Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais, industriais; (m) Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação; (n) Aluguel e leasing operacional, de curta ou longa duração, de todo tipo de máquinas e equipamentos de escritório, de luminárias projetores e de outros materiais eletroeletrônicos.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades na data de 08.10.2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

O capital social é de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 235.000 (duzentas e trinta e cinco mil) quotas, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, sendo sua integralização com reservas de lucro (Art. 997, III, C/C 2002), assim dividido entre os quotistas:

SÓCIOS	QUOTAS	R\$	%
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES	232.650	2.326.500,00	99%
GUILHERME DE MORAIS GUEDES	2.350	23.500,00	1%
TOTAL	235.000	2.350.000,00	100%

**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Art. 1.052 do Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo segundo:** As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresse consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado em igualdade de condições, preço e direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração pertinente (Art. 1057, CC/2002).

#### CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa é exercida pelos sócios **GERALDO LUIS CHAVES GUEDES** e **GUILHERME DE MORAIS GUEDES**, em conjunto ou individualmente.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade será representada por seus administradores, sejam estes sócios ou não, a quem compete privativa e individualmente, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, sendo-lhe, entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

**Parágrafo segundo:** Nos limites de suas atribuições, é lícito aos administradores constituírem procuradores em nome da sociedade, especificando-se no instrumento os atos e operações que poderão praticar e o prazo de duração do mandato, que não poderá exceder a um (01) ano, exceto no caso de mandato judicial que poderá ser por prazo indeterminado ou enquanto perdurar sua exigibilidade.

**Parágrafo terceiro:** A nenhum mandatário será concedido o poder para substabelecimento, exceto quando expressamente autorizado no instrumento de mandato, que lhe conferir.

**Parágrafo quarto:** Nos limites de suas atribuições e poderes, e facultativamente, é lícito aos sócios nomearem administradores não sócios, especificando-se no instrumento de nomeação, os atos e operações que poderão praticar e o prazo de duração do seu mandato.

**Parágrafo quinto:** São vedadas as concessões de garantias em favor de terceiros, tais como fiança, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo na hipótese de concessão de garantias às empresas subsidiárias, controladas, coligadas ou empresas do mesmo grupo de sócios, aprovada em reunião de sócios.

**Parágrafo sexto:** Os administradores são pessoal e ilimitadamente responsáveis, desobrigando a sociedade, sempre que praticarem atos ultra-vires e/ou além de suas atribuições e poderes ou, ainda, que desrespeitem disposições legais, ou qualquer cláusula do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – REMUNERAÇÃO

Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada de pró-labore mensal, na importância que lhe for conveniente, até o limite previsto pela legislação do imposto de renda, a qual será recebida contabilmente em conta específica.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – EXERCÍCIO SOCIAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do



balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaborada em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apuradas, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

**Parágrafo primeiro** – A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de antecipação de lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um, nesse caso, será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o Art. 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

**Parágrafo segundo** – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso (Art. 1.071 e 1.072, §2º e 1.078, CC/2002).

#### CLÁUSULA OITAVA – FALECIMENTO

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores ou incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, devendo ser liquidado da seguinte forma: 20 % (vinte por cento) no prazo de três meses, 30% (trinta por cento) no prazo de seis meses e 50% (cinquenta por cento) no prazo de doze meses, contados a partir da data do falecimento.

**Parágrafo único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio (Art. 1028 e 1.031, CC/2002).

#### CLÁUSULA NONA – DELIBERAÇÕES

O sócio que, por divergência da alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, findo o qual, o silêncio será tido como desinteresse.

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento/redução do capital, destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucro, alteração contratual, fusão, cisão e incorporação serão definidas nas assembleias dos sócios.


#### CLÁUSULA DÉCIMA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO


Os administradores, declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro, nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

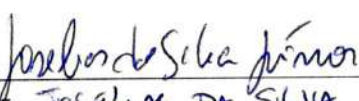
Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil e dos outros dispositivos legais que lhe sejam aplicáveis, ficando desde já eleito o foro da comarca do Rio de Janeiro – RJ, para exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021.

  
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES  
CPF: 723.615.497-00

  
GUILHERME DE MORAIS GUEDES  
CPF: 120.349.487-42

Testemunhas:

1.   
NOME: JOSEBAS DA SILVA JÚNIOR  
CPF: 102984297-02

2. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

Visto do advogado:

FELIPE MESQUITA VIEIRA  
OAB/RJ 141.257



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ**

# PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

PROTOCOLO REDESIM  
RJN2167669979

## 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
<b>ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA</b>	<b>12.917.918/0001-89</b>

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELATÓRIO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**247 Alteracao de capital social**  
**Quadro de Sócios e Administradores - QSA**

Número de Controle: RJ76488096 - 12917918000189

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME		CPF
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES		723.615.497-00
LOCAL	DATA	
	12/07/2021	

#### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 723.615.497-00

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

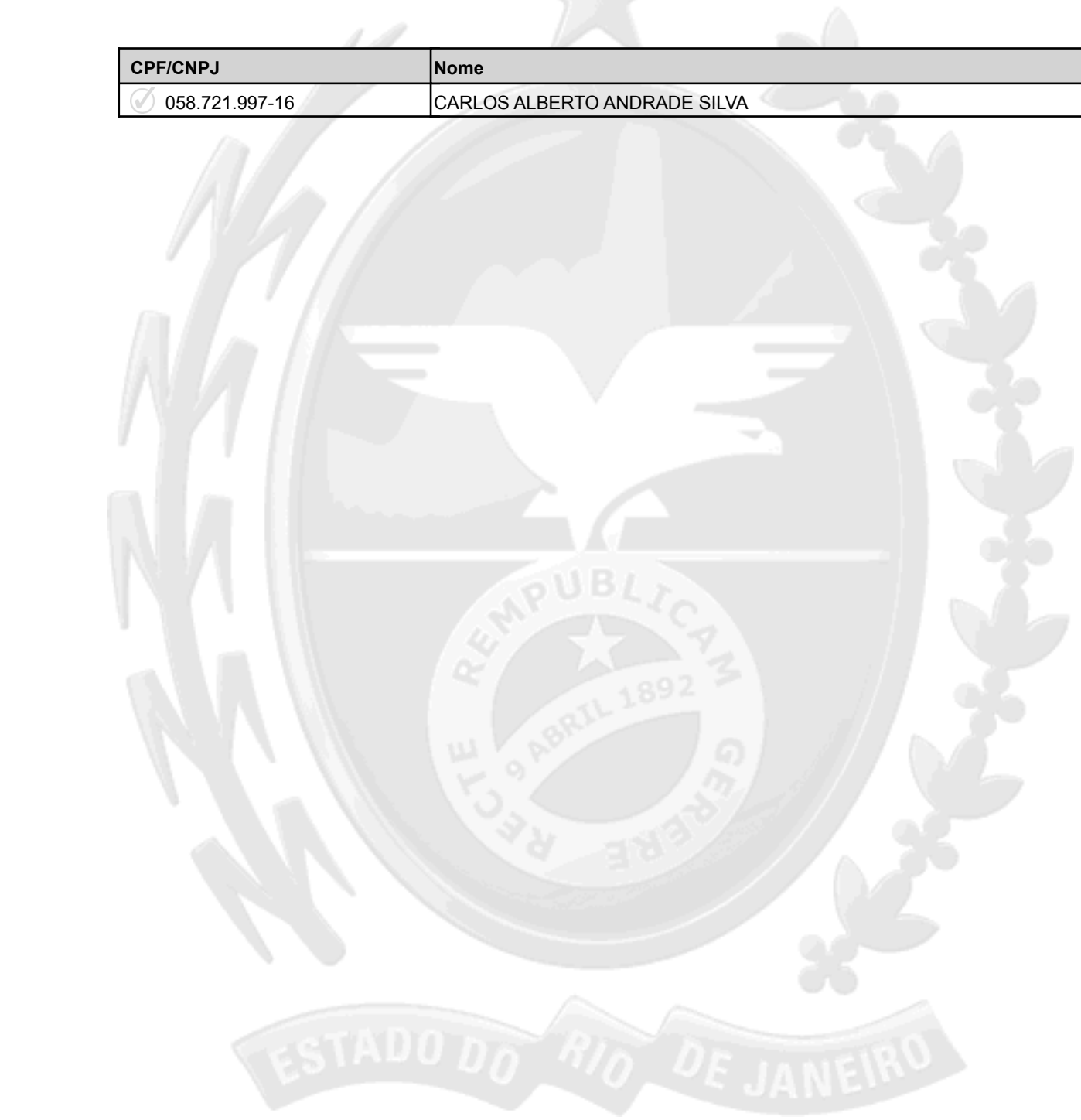




IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, NIRE 33.2.1012009-3, PROTOCOLO 00-2021/264731-8, ARQUIVADO EM 09/09/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004451641, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 058.721.997-16	CARLOS ALBERTO ANDRADE SILVA



09 de setembro de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
Secretário Geral





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1012009-3

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2021/956472-8

09/09/2021 14:52:22

JUCERJA

Último arquivamento:

00004451641 - 09/09/2021

NIRE: 33.2.1012009-3

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

Boleto(s):

Hash: E4ECA74-6192-4347-BC97-BCEB3CC3F92C

Orgão	Calculado	Pago
Junta	0,00	0,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
318	1	Alteração / Desenquadramento de Empresa de Pequeno Porte
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	Carlos Andrade
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2139568640
E-mail:	carlostheandrade@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	09/09/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

09/09/2021

Data



00-2021/956472-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

NIRE: 332.1012009-3 Protocolo: 00-2021/956472-8 Data do protocolo: 09/09/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/09/2021 SOB O NÚMERO 00004452632 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 5DC0B2F9AE4707F021912A8541CA3F855EB0C950A0D158C1AE52E22C99745C6C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Presidência da República  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A Sociedade ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, com ato constitutivo registrado da Junta Comercial em 15/02/2016, NIRE 33.2.1012009-3, CNPJ 12.917.918/0001-89, estabelecida no(a) AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 00072, PAV 3 SAL 311 A 313, CENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP: 20.031-001, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se desenquadra da condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Ato: 002 - Alteração  
Evento: 318 - Desenquadramento de Empresa de Pequeno Porte

RIO DE JANEIRO, 09 de setembro de 2021

Sócio - GERALDO LUIS CHAVES GUEDES


Para uso exclusivo da Junta Comercial:

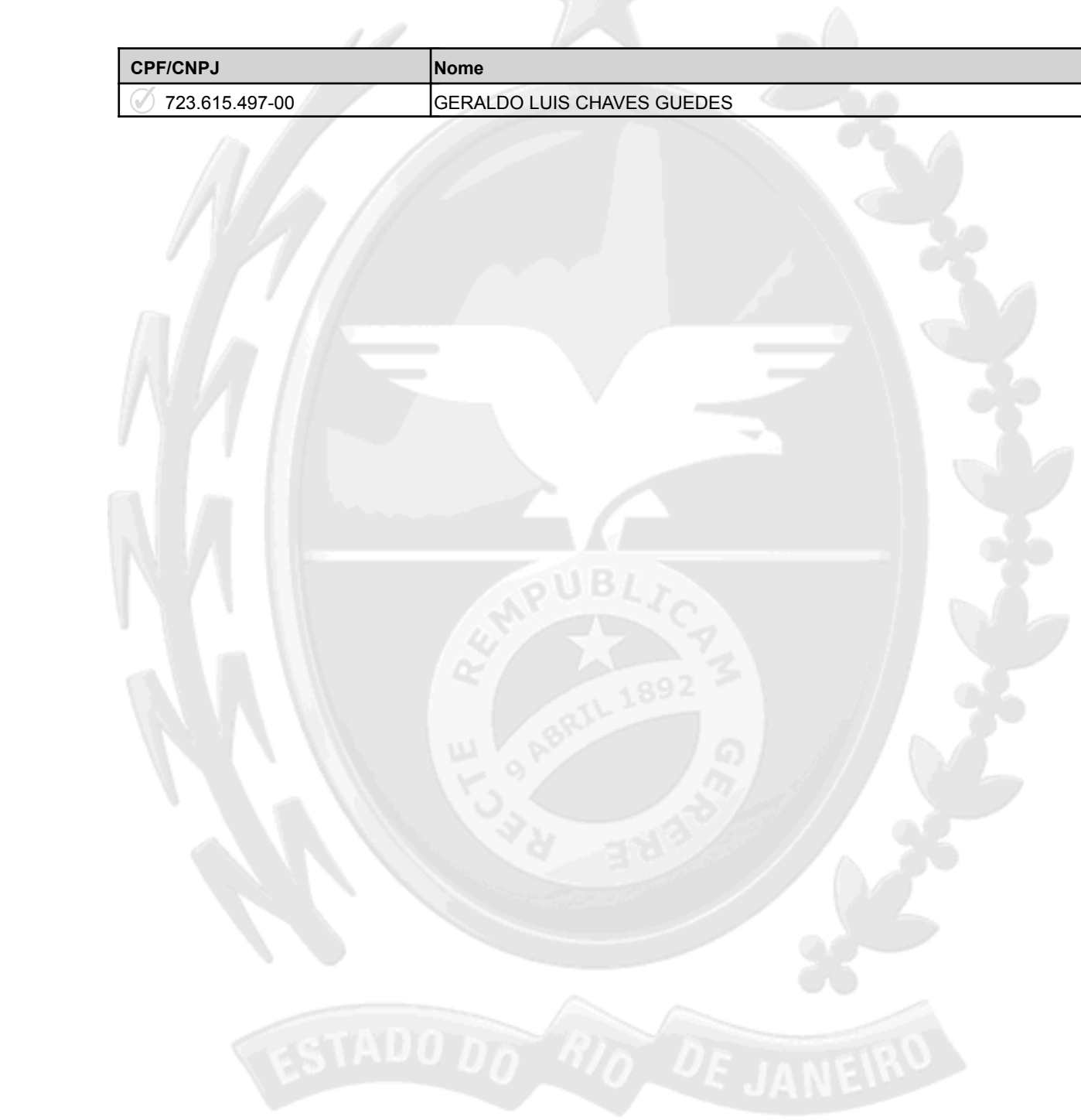
DEFERIDO EM ____ / ____ / ____	Etiqueta de Registro
--------------------------------	----------------------

Viabilidade: DBE: RJ2711736912917918000189

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, NIRE 33.2.1012009-3, PROTOCOLO 00-2021/956472-8, ARQUIVADO EM 10/09/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004452632, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 723.615.497-00	GERALDO LUIS CHAVES GUEDES



10 de setembro de 2021.



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
Secretário Geral



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>12.917.918/0001-89</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>08/10/2010</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>DEMAIS</b>
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>27.40-6-02 - Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação</b> <b>43.99-1-01 - Administração de obras</b> <b>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</b> <b>46.49-4-06 - Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures</b> <b>46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico</b> <b>49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista</b> <b>52.12-5-00 - Carga e descarga</b> <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b> <b>77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes</b> <b>77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios</b> <b>77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>AV ALMIRANTE BARROSO</b>	NÚMERO <b>00072</b>	COMPLEMENTO <b>PAV 3 SAL 311 A 313</b>
---	------------------------	---

CEP <b>20.031-001</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>RIO DE JANEIRO</b>	UF <b>RJ</b>
--------------------------	----------------------------------	------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABILIDADE@ILUMISUL.COM</b>	TELEFONE <b>(21) 2544-0111</b>
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>08/10/2010</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/07/2022** às **14:27:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL  
2106182275

VALIDA

NOME  
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
044211951D1CRJ

CPF  
723.615.497-00

DATA NASCIMENTO  
20/04/1960

FILIAÇÃO  
WALDEMAR RODRIGUES  
GUEDES  
ROZILDA CHAVES GUEDES

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
01749530456

VALIDADE  
02/02/2026

1ª HABILITAÇÃO  
11/08/1978

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO  
04/02/2021

ASSINATURA DO EMISSOR  
Adolpho Konder

91188155256  
RJ377910465

RIO DE JANEIRO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2106182275